

A desvalorização da docência e as (des)motivações que impactam as práticas pedagógicas dos professores de Filosofia no Ensino Médio: uma análise crítica na nova matriz curricular em Alagoas

ADRIANA VIEIRA LINS¹

WALTER MATIAS LIMA²

Resumo

O presente artigo traz como objetivo analisar e compreender pontos relevantes na constituição da trajetória da profissão docente, com ênfase no papel do professor de Filosofia, destacando as (des)motivações e os desafios nas práticas pedagógicas. Portanto, a pesquisa consiste em analisar documentos e abordagem bibliográfica em estudiosos que buscaram contestar o percurso investigativo da profissão docente e o lugar do professor de Filosofia, numa tentativa de reafirmar a disciplina enquanto componente curricular obrigatório no Ensino Médio. Diante das idas e vindas, a Filosofia esteve sob constantes ameaças de ser excluída dos currículos escolares. Vale ressaltar a importância de compreender o contexto histórico e as lutas pela permanência dessa disciplina. Ainda há muito a ser conquistado pelos educadores, com ênfase no papel dos professores de Filosofia, sempre refletindo qual o seu lugar na educação brasileira, sua atuação de lutas e resistências. A desvalorização do docente pode resultar em condições precárias do trabalho, ausência de reconhecimento e insuficiência de recursos, trazendo um impacto negativo na qualidade do ensino da disciplina. O propósito é evidenciar as possíveis consequências prejudiciais do desprezo na docência de Filosofia na nova matriz curricular do Estado de Alagoas. Vale salientar como esses profissionais se formam no curso superior e como acontecem as práticas dos estágios supervisionados. Enfim, espera-se ter dias melhores na vida desse profissional e que suas inquietações sejam minimizadas diante de tantas cobranças. Palavras-chave: Educação. Profissão docente. Ensino de filosofia.

The devaluation of teaching and the (de)motivations that impact the pedagogical practices of Philosophy teachers in high school: a critical analysis of the new curricular framework in Alagoas

Abstract

This article aims to analyze and understand relevant points in the constitution of the teaching profession's trajectory, with an emphasis on the role of the philosophy teacher, highlighting the (de)motivations and challenges in pedagogical practices. Therefore, the research consists of document analysis and a bibliographic approach to scholars who have sought to contest the investigative path of the teaching profession and the place of the philosophy teacher, in an attempt to reaffirm the discipline as a mandatory curricular component in high school. Despite its ups and downs, philosophy has been under constant threat of exclusion from school curricula. It is important to understand the historical context and the struggles for the discipline's permanence. There is still much to be achieved by educators, with an emphasis on the role of philosophy teachers, who must continually reflect on their place in Brazilian education and their roles in struggles and resistance. The devaluation of teaching can result in precarious working conditions, a lack of recognition, and insufficient resources, negatively impacting the quality of teaching in the discipline. The purpose is to highlight the possible harmful consequences of neglecting philosophy teaching in the new curricular framework of the State of Alagoas. Furthermore, it is worth noting how these professionals are trained in higher education and how the practices of supervised internships occur. Ultimately, it is hoped that we will have better days for these professionals and that their anxieties will be minimized in the face of so many demands.

Keyword: Education. Teaching profession. Philosophy teaching.

La desvalorización de la docencia y las (de)motivaciones que impactan las prácticas pedagógicas de los profesores de Filosofía en la educación secundaria: un análisis crítico del nuevo marco curricular en Alagoas

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar y comprender puntos relevantes en la constitución de la trayectoria de la profesión docente, con énfasis en el papel del profesor de filosofía, destacando las (de)motivaciones y desafíos en las prácticas pedagógicas. Por lo tanto, la investigación consiste en un análisis de documentos y un enfoque bibliográfico sobre estudiosos que han buscado cuestionar el recorri-

do investigativo de la profesión docente y el lugar del profesor de filosofía, en un intento de reafirmar la disciplina como un componente curricular obligatorio en la educación secundaria. Apesar de sus altibajos, la filosofía ha estado bajo constante amenaza de exclusión de los currículos escolares. Es importante comprender el contexto histórico y las luchas por la permanencia de la disciplina. Aún queda mucho por conquistar para los educadores, con énfasis en el papel de los profesores de filosofía, quienes deben reflexionar continuamente sobre su lugar en la educación brasileña y su participación en luchas y resistencias. La desvalorización de la docencia puede resultar en condiciones laborales precarias, falta de reconocimiento e insuficiencia de recursos, lo que impacta negativamente la calidad de la enseñanza de la disciplina. El propósito es evidenciar las posibles consecuencias perjudiciales del desprecio en la enseñanza de la filosofía en la nueva matriz curricular del Estado de Alagoas. Además, vale la pena señalar cómo se forman estos profesionales en la educación superior y cómo se llevan a cabo las prácticas de las pasantías supervisadas. En última instancia, se espera que tengamos días mejores para estos profesionales y que sus inquietudes se minimicen ante tantas demandas.

Palabras clave: Educación. Profesión docente. Enseñanza de filosofía.

Introdução

A educação é uma ferramenta poderosa de transformação social, e, no contexto brasileiro, o papel do professor de Filosofia é essencial para fomentar o pensamento crítico e a reflexão ética entre os estudantes. Este artigo tem como objetivo analisar e compreender os aspectos fundamentais da trajetória da profissão docente, com foco especial nas lutas e desafios travados pelos professores de Filosofia nesses longos anos.

A pesquisa é fundamentada em uma análise de documentos e abordagem bibliográfica, revisitando as contribuições de estudiosos que se dedicaram a questionar o percurso investigativo da profissão docente e a posição do professor de Filosofia, buscando reafirmar a importância dessa disciplina como componente curricular obrigatório no Ensino Médio.

Ao longo dos anos, a Filosofia tem enfrentado constantes ameaças de exclusão dos currículos escolares, evidenciando a necessidade de um entendimento mais profundo do contexto histórico e das lutas travadas pela permanência dessa disciplina. Embora muitos avanços tenham sido feitos, o percurso continua extenso, particularmente para os professores de Filosofia, que devem continuamente refletir sobre seu lugar na educação brasileira e suas atuações nas lutas e resistências enfrentadas no chão da sala de aula.

Não há conhecimento que não transforme vidas e, sendo devidamente utilizado, tem uma relevância social para a construção de um mundo melhor. Nesse caso, o conhecimento se processa na complexidade subjetiva de cada indivíduo, no compromisso de sua partilha coletiva. Sua veracidade tem seu significado concreto se estiver a serviço da humanidade. Pensando assim, com o conhecimento apreendido, pode-se criar meios pelos quais a ciência e as artes se reafirmem, dando sentido à existência da natureza humana.

A profissão docente é a maior conquista de uma nação. Enquanto a educação for tratada apenas superficialmente e fundamentada em discursos demagógicos da política neoliberal, sem ser de fato efetivamente aplicada como uma educação transformadora que atenda às necessidades socioculturais de um povo, a luta pelo reconhecimento e valorização dos profissionais da educação não ocorrerá (principalmente professores de Filosofia e Sociologia) – apenas a lealdade de alguns, por serem fiéis à militância dos direitos da categoria.

A desvalorização do professor, que pode resultar em condições de trabalho precárias, falta de reconhecimento, desmotivações, desencadeamento de doenças e insuficiência de recursos, impacta diretamente a qualidade do ensino, a formação contínua docente e o desempenho na formação do estudante, bem como o bom andamento da instituição escolar. Esta análise busca evidenciar as consequências prejudiciais do desprezo à docência de Filosofia na nova matriz curricular do Estado de Alagoas. Além disso, será abordada a formação desses profissionais no Ensino Superior, bem como as práticas de estágios supervisionados. Em última revisão, espera-se contribuir para um futuro mais promissor para os professores de Filosofia, minimizando suas inquietações e angústias em meio a tantas pedras no caminho.

A divisão do trabalho e o papel da docência: desafios e importância na estruturação social e educacional

A desvalorização da carreira do professor no Brasil gera uma série de consequências sociais e profissionais que afeta a percepção da função docente na sociedade. Essa desvalorização se manifesta em salários baixos, condições de trabalho inadequadas e falta de apoio institucional, levando a uma visão negativa da profissão. Como resultado, a função docente é frequentemente considerada uma “profissão de segundo nível”, inferior a outras carreiras que oferecem maiores retornos financeiros e prestígio,

como Medicina, Direito, Engenharia ou áreas de Tecnologia. Nascimento (2018, p. 326) revela que:

A desvalorização da carreira do professor no Brasil faz com que uma parcela significativa da sociedade despreze a função docente, posicionando-a como uma profissão de segundo nível, destinada àqueles que não conseguem lograr êxito nas carreiras com maior valorização salarial.

Essa percepção prejudica a atração de novos talentos para a docência, criando um ciclo vicioso em que apenas pessoas menos qualificadas ou desmotivadas optam por essa carreira, o que perpetua a baixa qualidade da educação. Além disso, a desvalorização impacta diretamente a qualidade do ensino, pois professores desmotivados podem não se dedicar plenamente ao seu trabalho, comprometendo o aprendizado dos alunos e a efetividade do sistema educacional.

Como afirma Junot (2013, p. 27): “o professor é um trabalhador que, pelo exercício profissional de seu ofício, realiza um trabalho de amplas dimensões sociais”, que resultam de uma complexidade de escolhas, trazendo consequências positivas e negativas.

Reconhecer a importância dos professores na formação de cidadãos críticos e bem-informados é fundamental, pois a educação é a base de uma sociedade saudável e desenvolvida. Para tanto, é crucial implementar políticas que valorizem a carreira docente, incluindo melhores salários, formação continuada, reconhecimento do trabalho e apoio em sala de aula. Isso ajudaria a atrair e reter profissionais qualificados e motivados, elevando a qualidade da educação.

Não se entende uma profissão que não seja organizada com base num corpo específico de conhecimentos. Sendo assim, a especificidade faz criar sua própria identidade, um conjunto de valores éticos/morais, um saber pedagógico quanto à sua prática na sala de aula. Se não houver ações bem estruturadas por segmentos das esferas públicas governamentais (federal, estadual e municipal), os desafios e a precarização do ensino conduzirão a uma deterioração quase irreversível, perdendo elementos fundamentais para o fortalecimento da profissão docente e, conseqüentemente, refletindo no processo de ensino e aprendizagem. Essa desvalorização pode ser refletida ainda no apagamento de vez como formação específica.

Professores desmotivados podem ter dificuldades em engajar os alunos, comprometendo a experiência educacional. Podem trazer ou de-

sencadear problemas de saúde, afetando consideravelmente sua realização pessoal e seu desempenho em sala de aula, levando a um comprometimento maior nas práticas pedagógicas.

A questão levanta a necessidade de considerar e abordar esses desafios para garantir uma educação de qualidade na disciplina de Filosofia no contexto do currículo do Ensino Médio.

Em relação ao ensino de Filosofia no Ensino Médio, por um lado, percebemos que é paradoxal o fato desta disciplina passar a fazer parte do currículo do Ensino Médio através da força de uma lei federal, quando este nível de ensino ainda possui uma forte tendência tradicional científica; por outro lado, é ambíguo o fato de a Filosofia ter se constituído historicamente como uma área do conhecimento que preza pela reflexão e a consciência crítica, mas os conteúdos selecionados e organizados nas Orientações Curriculares Nacionais (2006) em relação aos Conhecimentos de Filosofia fixam, principalmente, os conteúdos na história da filosofia. O currículo de filosofia no Ensino Médio parece um minicurso de graduação, ou seja, parece ter sido selecionado e organizado, neste documento oficial, a partir do currículo dos cursos de graduação das universidades, o que pode ser caracterizado, também, pela observação das questões inseridas nos exames do ENEM (Lima; Melo; Silva, 2013, p. 7).

Percebe-se o esforço para a Filosofia ser aceita nos currículos escolares de nível médio, bem como sua falta e o interesse em compreender as necessidades dos jovens estudantes em ter conteúdos voltados para suas especulações, seus anseios, seu cotidiano em paralelo com a tradição filosófica.

A percepção de “irrelevância” da Filosofia no Ensino Médio é refletida por vários fatores que dificultam sua autonomia, suas razões na formação ética e cidadã, bem como no senso crítico do estudante. Por exemplo, no sistema educacional brasileiro, há uma ênfase de maior impacto em disciplinas consideradas mais importantes na formação do discente, são “instrumentais”, “práticas”, de áreas da natureza, linguagens e da matemática, muitas vezes em detrimento das disciplinas humanísticas, como a Filosofia.

A pressão por resultados práticos imediatos leva a sociedade a valorizar resultados que atendam ao mercado econômico do neoliberalismo. A Filosofia é, por vezes, vista como uma disciplina mais no campo teórico e

abstrato, difícil de compreender, cujos benefícios podem não ser percebidos imediatamente e não ter valor de compra do ponto de vista do capital.

O desconhecimento da importância filosófica pode resultar em falta de compreensão sobre como os princípios filosóficos podem ser aplicados na vida cotidiana e na resolução de problemas práticos. A falta de clareza sobre a relevância prática da Filosofia pode levar à sua subestimação e a desafios de ensino e avaliação. O ensino de Filosofia pode ser desafiador, especialmente quando se trata de avaliação diante de um público jovem que necessita de respostas urgentes e imediatas.

O envolvimento do pensamento crítico é, muitas vezes, crucial, assim como a presença de habilidades filosóficas, argumentação e análise conceitual, que podem ser mais difíceis de avaliar de maneira objetiva. Com uma visão reducionista da educação, alguns sistemas educacionais podem adotar uma abordagem mais utilitarista, focando apenas em preparar os alunos para o mercado de trabalho, o que pode levar à subalternização das disciplinas que não têm uma aplicação direta no mercado. Além disso, os desafios na formação de professores em Filosofia podem ser limitados, levando a grandes impactos negativos e comprometendo a qualidade do ensino da disciplina.

Sabe-se que o desenvolvimento do país está diretamente ligado à qualidade da educação e ao reconhecimento dos professores. Para o Brasil melhorar a qualidade de vida de sua população, é essencial investir em uma educação de qualidade verdadeiramente eficaz que dê condições para a execução da profissão docente, equiparando todos os componentes curriculares e valorizando e apoiando os profissionais da área de Humanas, principalmente de Filosofia e Sociologia.

A divisão do trabalho na história, mediante organização das sociedades, teve grande relevância nos fatores que contribuíram para o processo de divisão do trabalho. Suas diferentes funções são de extrema importância para a estruturação da nação. As profissões exercem papel fundamental nas diversas relações sociais e seus saberes, estabelecendo padrões para determinada atividade. Portanto, há necessidades de conhecimentos especializados, aquisição de técnica ou arte, grau de autonomia, relação de confiança com o “freguês”, grande responsabilidade e organização que atesta a competência e fixa as regras da atividade profissional.

Esses aspectos ressaltam a complexidade e a importância das profissões na sociedade, não apenas como ocupações individuais, mas como

sistema interligado, que molda a estrutura social e econômica. Além disso, a confiança, a responsabilidade e a competência são elementos-chave que permeiam o tecido profissional, contribuindo para a ordem e a eficácia das atividades profissionais em diferentes contextos. Conforme Sella (2006, p. 20), “os indivíduos interagem, por meio das profissões, vinculam-se entre si, relacionam-se, participam das relações de produção e tornam-se socialmente produtivos”.

Pensar na docência como profissão é reconhecer a transformação de um povo, de uma nação, para um mundo melhor. Esses profissionais desempenham papel fundamental na mediação do conhecimento, no desenvolvimento de habilidades e na formação de valores. A profissão de professor é caracterizada pelo compromisso com a educação e o crescimento intelectual e emocional dos estudantes.

Por que a dificuldade de definir a docência como uma profissão autônoma sem a fiscalização e regulamentação do Estado? Segundo Cericato (2016), a presença do Estado no campo da educação envolve, geralmente, a definição de políticas educacionais, o estabelecimento de diretrizes curriculares, a alocação de recursos e a supervisão do sistema educacional.

Percebe-se que, na hierarquia educacional, de funcionário a solucionador de problemas, o professor assume o papel de conselheiro escolar (isso não o impede de orientar e ouvir o estudante), porém sua autonomia de trazer para o aluno conhecimentos fundamentados no componente em que ele se qualificou e tem uma certa segurança em discuti-los perde identidade, características próprias, levando-o a se frustrar. Essa autonomia vem acompanhada de uma mudança nas responsabilidades para com a escola. Os professores agora são responsabilizados pelos resultados, especialmente pelo eventual fracasso dos alunos. Segundo Charlot (2013, p. 64):

O professor já não é um funcionário que deve aplicar regras predefinidas, cuja execução é controlada pela sua hierarquia; é, sim, um profissional que deve resolver os problemas. A injunção passou a ser: ‘Faça o que quiser, mas resolva aquele problema’. O professor ganhou uma autonomia profissional mais ampla, mas, agora, é responsabilizado pelos resultados, em particular pelo fracasso dos alunos. Vigia-se menos a conformidade da atuação do professor com as normas oficiais, mas avaliam-se cada vez mais os alunos, sendo a avaliação o contrapeso lógico da autonomia profissional do docente. Essa mudança de política implica uma transformação identitária do professor.

O sistema opõe-se aos próprios professores no que diz respeito à sua dignidade, seus direitos, sua qualidade, comprometendo, em seguida, possíveis estratégias aplicadas na sala de aula. Charlot (2014, p. 65) acrescenta que “o professor se defronta, ainda, com novos tipos de alunos, cujos modos de pensamento pouco condizem com o que requer o sucesso escolar”. Reduz ou retira, no caso, as disciplinas de Filosofia e Sociologia do currículo, dando espaço cada vez mais a conhecimentos rasos, superficiais, em que o negacionismo científico se sobressai, atendendo aos caprichos do mercado capitalista.

No entanto, é importante que essa presença do Estado seja equilibrada, evitando prescrições excessivas que retirem dos professores o controle sobre sua profissão. A abordagem deve ser mais orientada para o acompanhamento e avaliação reguladora, garantindo que padrões mínimos de qualidade sejam entendidos, mas permitindo flexibilidade e autonomia para os professores. É extremamente importante para promover práticas pedagógicas inovadoras, adaptadas às necessidades específicas dos alunos e contextos locais.

Quando os professores têm mais controle sobre suas práticas de ensino, isso pode resultar em maior engajamento, criatividade e eficácia no processo educacional. De acordo com Nóvoa (1999), a exemplo do que acontece com outras profissões, o correto seria ocorrer essa regulação dentro da própria categoria.

Ao longo da história brasileira, a educação passou por diferentes fases e significados, o que contribui para a complexidade desse reconhecimento. Entretanto, são diversos fatores históricos, sociais e culturais que moldaram a trajetória da educação no país, por isso da resistência da aprovação plena da docência como profissão. Segundo Oliveira (2013, p. 8428), por vezes, a educação “serviu para cultivar as coisas do espírito; outras vezes, alimentou os interesses de ascensão da elite; depois foi ‘democratizada’ para atender aos interesses de uma economia globalizada regulada pelo mercado”.

Na dinâmica da vida, o conhecimento mais aprofundado vai dando cor e certa segurança quando a ação de ensinar está voltada como uma atividade inteligente e norteadora nas escolhas realizadas. A caracterização que define o saber profissional docente se inclina na capacidade criadora que ele tem e representa em cada atitude pedagógica, tornando-o um processo de concentração, mobilizando e transformando cada experiência

prévia numa análise mais aprimorada, específica, detalhada de cada realidade apresentada. Como afirma Cericato (2016, p. 278):

É possível afirmar que o professor é um profissional do ensino porque detém o conhecimento sobre de que maneira ensinar alguém. Seu trabalho é específico porque consiste na sistematização de saberes que dizem respeito à ciência, à arte, à filosofia – em oposição àqueles de ordem cotidiana e espontânea.

Sua apropriação, no que se refere ao conhecimento, exige uma intencionalidade específica, uma formação criteriosa e especializada, por ser uma tarefa complexa, e o domínio dos campos didáticos e técnicos se faz dentro de uma ação minuciosa e categórica, refletindo, portanto, em sua conduta e na vigilância sobre sua atuação. No entanto, ressalta-se que, para seu reconhecimento enquanto profissão, mediante as amarras no exercício da função, recomenda-se urgentemente que sejam superados desafios e dilemas que impedem e invisibilizam seu brilho, sua arte de ensinar, ou seja, sua mediação no fazer pedagógico.

Desafios e potencial transformador da Filosofia no novo Ensino Médio: metodologias criativas, currículo flexível e formação de cidadãos autônomos e críticos

Um dos maiores desafios dos professores de Filosofia no ensinar a pensar filosoficamente é o uso de metodologias criativas e inovadoras, as quais proporcionam momentos singulares em sala de aula, ainda que por pouco tempo, considerando o espaço cronológico atribuído às aulas de Filosofia, que é de apenas 1 hora. Diante disso, é importante acrescentar que o programa curricular é insuficiente no que se refere ao ensino de Filosofia, visto que ocorreu novamente uma queda brusca em seu texto-base.

No novo Ensino Médio, a Filosofia aparece como disciplina na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas enquanto componente curricular, porém, mesmo sofrendo mudanças significativas, ela ainda resiste e tem sua presença garantida juntamente com os demais componentes: Geografia, História e Sociologia.

O ensino de Filosofia traz em seu rol a questão do método de ensino, que deve ser filosófico. No que se refere ao currículo, é relevante entender a importância de refletir como se dá esse processo no contexto das diferenças pautadas na sala de aula.

Diante da ausência de um currículo mais elaborado e assentado, os conteúdos se repetem em todo cenário brasileiro. A eficácia de uma estrutura perceptível e aberta permite abordagens dentro do contexto de diversidades, uma base que sirva para ser levada a sério e uma proposta sólida de conhecimentos norteadores, ao mesmo tempo que possa gerar autonomia presente no contexto da realidade local, respeitando a memória histórica, social e cultural. “Os temas, assuntos, problemas, filósofos trabalhados nas aulas do Ensino Médio são espantosamente parecidos” (Gallo, 2012a, p. 126).

As dificuldades enfrentadas no que se refere ao ensino e prática de Filosofia na educação básica brasileira têm sido motivo de constantes questionamentos e posicionamentos.

Como nossos cursos de licenciatura estão procedendo? Como as atividades de ‘Práticas de Ensino em Filosofia’ estão sendo desenvolvidas? Como tem sido pensado e praticado o ‘Estágio Supervisionado em Filosofia’? Como as disciplinas de ‘Didática Específica em Filosofia’ têm colocado a questão do ensino e o papel do professor de filosofia nessa atividade? (Gallo, 2012a, p. 117).

A presença da Filosofia, aquela determinada pelas políticas educacionais, nem sempre é uma presença desejável que faça sentido e contribua para a vida cotidiana dos jovens. Isso porque, muitas vezes, ela não atrai o estudante para um despertar filosófico, que seja de livre acesso, que responda às perguntas constantes do seu cotidiano e grupos de pertencimentos. Entretanto, sem uma prática pedagógica que estimule as discussões, as representações orais, escritas, artísticas, as brincadeiras, o uso correto das tecnologias, que seja capaz de despertar curiosidade, coragem, ousadia, interesse e, principalmente, senso crítico, não haverá a tão sonhada revolução da experiência filosófica no processo do ensino e aprendizagem e no afeto estabelecido entre docente e discente.

A disciplina de Filosofia teve seu auge com os jesuítas, voltada para os valores morais/cristãos. Em seguida, o Estado tomou decisões sobre ela, colocando-a à margem da educação brasileira, e a autorreflexão passou a ser subestimada pelo sistema capitalista. Só a partir do século XXI, nos currículos escolares das escolas brasileiras, a Filosofia passou a ser considerada como importante, e sua obrigatoriedade tornou-se valiosa aos olhos dos professores que estavam aptos a lecioná-la.

No entanto, ela sempre foi massa de manobra nas mãos de governos, na ausência de políticas públicas voltadas para a valorização e reconhecimento dela, levando-a, entre idas e vindas, na sua reafirmação enquanto disciplina. Com isso, coloca-se o docente na insegurança sempre que ele é levado a refletir sobre seu papel em sala de aula.

A compreensão da não importância desse componente curricular nas escolas, de sua introdução no currículo escolar do Ensino Médio, diminui ou elimina vários benefícios que a Filosofia pode oferecer, por exemplo: argumentações de questões fundamentais, reflexão ética/moral, perspectiva clara de visão de mundo mais ampliada, habilidades na escrita e comunicação, nas relações interdisciplinares de áreas do conhecimento, situando-se no contexto histórico, político-social e cultural, nos desafios tecnológicos do mundo contemporâneo, participação ativa na formação para o exercício da cidadania, entre outros. Portanto, é fundamental que os professores encontrem alternativas visando à realidade em que exercem sua profissão, alternativas que resultem numa abordagem mais eficaz, motivadora e criativa, para que o estudante possa sentir-se inspirado e interessado pela aula de Filosofia, e não apenas pela transmissão de conhecimento. Porém, é importante lembrar que a oferta da disciplina nas séries seguintes do Ensino Médio proporciona aos alunos não só o desenvolvimento das habilidades filosóficas, como também um processo contínuo natural no ser e fazer filosofia.

Uma sociedade que compreenda a obrigatoriedade da Filosofia não a pode desejar como um pequeno luxo, um saber supérfluo que venha a acrescentar noções aparentemente requintadas a saberes outros, os verdadeiramente úteis. A Filosofia cumpre, afinal, um papel formador, articulando noções de modo bem mais duradouro que o porventura afetado pela volatilidade das informações. Por isso mesmo, compreender sua importância é também conceder-lhe tempo. De modo específico, importa atribuir-lhe carga horária suficiente à fixação do que a Filosofia cumpre, afinal, um papel formador, articulando noções de modo bem mais duradouro. Lhe é próprio (Brasil, 2006, p. 17).

Por um longo período, a Filosofia ficou ausente dos currículos escolares devido à ênfase em educação técnica, controle religioso, ideologias políticas, falta de valorização e priorização de habilidades básicas. Sendo assim, sua reintrodução como obrigatória busca fortalecer sua relevância e direito no cenário da educação brasileira e, principalmente, a visibilidade e valorização do docente licenciado nela.

A atuação competente do profissional de Filosofia nessa etapa da Educação Básica necessita de uma reconfiguração cultural no ensinar e aprender, no novo espaço desses jovens na educação atual, em que cada vez mais surpreendem com suas novas formas de enxergar o mundo e as pessoas. Logo, o processo de ensino e aprendizagem precisa ser repaginado, trazendo os clássicos de uma forma mais acessível, numa linguagem gradativa, utilizando-se de relatos de experiências de vida, estudo de caso, no qual os próprios estudantes criem suas abordagens no contexto existencial e nas relações entre ambos.

Segundo a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), os itinerários formativos trazem elencada, na área de Humanas, a Filosofia. Por conseguinte, ainda assim, a proposta como disciplina obrigatória não se reafirma, deixando sua organização a critério dos interesses dos Estados e escolas.

No Estado de Alagoas, o cenário não é diferente. O currículo se reproduz, ora visando um pouco à realidade local com toda sua demanda, principalmente de bairros periféricos, ora copiando de outros Estados modelos que fogem da real conjuntura alagoana.

O professor tem seu papel principal na condução do processo educativo, conduzindo o aluno na busca pelo conhecimento. O fato de ser educador não lhe garante a posição de dono da verdade, de “detentor de todo conhecimento”, mas de sujeito que tem capacidade suficiente de ser guia e de influenciar o aluno no processo de educação e estruturação humana. Conforme aponta Freire (1996, p. 22):

É partindo desse processo educativo que o sujeito não só adquira conhecimento e habilidades filosóficas, mas que tenha capacidade de pensar criticamente e procurar soluções práticas e eficazes para responder aos problemas que a vida lhe traz.

O aperfeiçoamento nas escolhas tomadas por meio do conhecimento resulta do diálogo entre o professor e o aluno. Conforme Gallo (2012b, p. 2-8), “Só se aprende aquilo que é ensinado; não se pode aprender sem que alguém ensine. [...] aprender é sempre encontrar-se com o outro”. Ainda,

A educação é o verdadeiro instrumento de transformação social, e para que ela atinja os seus objetivos, é necessário que os educadores estejam conscientes de sua função social e, ainda, capacitados para bem escolher e utilizar diversas metodologias e técnicas pedagógicas em suas aulas, de modo a tornar o processo de ensino e aprendizagem prazeroso e estimulante (Freinet, 1969, p. 206).

A educação é o único caminho capaz de formar seres humanos autônomos numa sociedade, ou seja, pessoas livres e que tenham responsabilidade por suas ações. Portanto, a escola enquanto instituição social tem papel importante em sua razão de existir, por ela ser um espaço não apenas para ensinar determinados conteúdos científicos, mas também para estimular o estudante a ser protagonista no exercício do seu próprio pensamento, para despertar entusiasmo e interesse por aquilo que ele ainda não conhece.

Percebe-se que a história da profissão docente sempre veio acompanhada de sentimentos variados de emoções, comuns aos olhos da categoria, principalmente professores da Educação Básica, que sempre estiveram no limbo da educação, sentindo-se frustrados por realizar seu trabalho e não ter seu retorno merecido. Em alguns momentos, faltam-lhes entusiasmo e paixão pelo ensino. Os desânimos são percebidos pelos jovens estudantes; suas fragilidades são expostas quase que espontaneamente, sem intenção de chamar atenção. O cansaço emocional é suprimido pelo esgotamento dos ossos do ofício.

Mesmo nessa circunstância em que se encontra o professor, é possível (re)significar a profissão docente todos os dias. “Ninguém solta a mão de ninguém”. Ela vai além dos muros da escola. Por essa razão, é possível nas aulas trazer para os alunos metodologias inovadoras que aproximem ao máximo a Filosofia e os estudantes da realidade da qual fazem parte e que desperte neles um protagonismo que os façam se sentir motivados a “entender o mundo”, ao menos revolucionar o pensamento e construir sua identidade própria de pertencer a um lugar e ter um sentido, de se atualizarem para desenvolver uma aula significativa que favoreça a ambos (docente/discente) e para que se sintam acolhidos em um ambiente de caráter crítico e análogo acerca dos fatos e das ações que os rodeiam.

A resiliência e a dedicação dos professores tornam possível transformar a sala de aula em um espaço dinâmico e inspirador, contribuindo para superar as barreiras que desvalorizam a sua importância na sociedade. Assim, a cada novo dia, os professores têm a oportunidade de redefinir o significado da sua profissão e impactar positivamente a educação e a formação dos estudantes.

A Filosofia então tem como suma importância clarear o campo teórico e prático do pensar, fazer e agir, dando condições para um exercício de uma cidadania consciente, existencial e acessível à realidade.

Filosofia, se não é capaz de responder a tantas questões quantas gostaríamos, tem ao menos a capacidade de formular perguntas que aumentam o interesse do mundo, e mostram a estranheza e a maravilha contida logo abaixo mesmo nas coisas mais triviais do cotidiano (Russell, 1997, p. 24).

Assim, a emancipação dos estudantes, segundo a aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio, promove uma aprendizagem mais significativa e dialógica, ou seja, um novo olhar na construção de novos saberes, novos conhecimentos e reflexões.

A nova matriz curricular de Filosofia no Ensino Médio em Alagoas: implicações para a formação docente e métodos de ensino

O Conselho Nacional de Educação ratificou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), provinda da Lei nº 13.415/2017, e, para que essa aprovação se tornasse verídica e normalizada, foi sancionada pelo Ministério da Educação em dezembro de 2018. O documento tem como pontos relevantes e de uma certa urgência o estabelecimento de competências e metas para a etapa da Educação Básica, visando à realidade regional e local dos Estados brasileiros, como também a orientação na elaboração dos currículos, enfatizando a identidade cultural e suas complexidades, alicerçadas na pluralidade e demanda local.

A BNCC serve de parâmetro para a capacitação docente, avaliação, criação de materiais didáticos e definição de requisitos para a infraestrutura que favoreça o desenvolvimento completo da educação.

O que deve ser diversificado é evidenciado na alteração da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), em que introduz alterações no Ensino Médio, como a elevação da carga horária mínima, a expansão das escolas em regime de tempo integral e a oportunidade para que todos os alunos dessa etapa optem por trajetórias específicas para aprofundar seus conhecimentos, ajudando nas escolhas dos seus projetos de vidas. Estabelece que:

O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (Brasil, 2017, s.p.).

Com a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e por meio da Resolução nº 3 CNE/CEB de 2018 (Brasil, 2018b), foram criadas normas que orientam e estabelecem os parâmetros para o planejamento dos currículos nas escolas e nos sistemas de ensino. Assim, por meio da Portaria nº 1.432/2018, foram definidos os referenciais curriculares para a criação de itinerários formativos, fundamentando-se nos quatro eixos estruturantes (Brasil, 2019). Atenta-se aqui na disciplina de Filosofia, na qual esta pesquisa se desdobra e que compõe o eixo estruturante da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Conforme o documento:

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Médio, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças. O respeito aos direitos humanos é a interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018a, p. 561).

Na BNCC do novo Ensino Médio, a Filosofia aparece enquanto componente curricular, porém, mesmo sofrendo mudanças significativas, ela ainda resiste e tem sua presença garantida juntamente com os demais componentes da sua área.

No que diz respeito às matrizes curriculares do Ensino Médio integrado em Alagoas, implantado a partir do ano de 2017, elas vêm sofrendo com várias alterações na sua organização de disciplinas ditas como obrigatórias e de itinerários formativos ditas como escolhas complementares no desenvolvimento da formação escolar do estudante.

A invisibilidade da disciplina de Filosofia na nova matriz curricular do Ensino Médio integrado em Alagoas

Refuta-se o anonimato da Filosofia na nova matriz curricular do Ensino Médio de tempo integral de 9 horas de 2024, em Alagoas, na 3ª série da etapa final da Educação Básica, sendo substituída por trilhas de aprofundamentos 1 e 2, pela sigla CHS (Ciências Humanas, Sociais Aplicadas), que desaparece por

completo. A nova matriz curricular em Alagoas vem com alterações em toda sua organização estrutural, traz transformações cada vez mais empobrecidas de suas respectivas horas/aulas ou zero aula na maioria das disciplinas, e a Filosofia mais uma vez é descartada, aparentemente, na 3ª série. Comparam-se também matrizes anteriores no ano de 2022 (uma aula na 1ª série, duas aulas na 2ª série e duas aulas na 3ª série), 2023 (uma aula na 1ª série, uma aula na 2ª série e duas aulas na 3ª série) e 2024 (uma aula na 1ª série, uma aula na 2ª série e zero aula na 3ª série). Portanto, traz nas siglas: CHS 6 aprofundamentos, que servirá para complementar as disciplinas dessa área.

Na 3ª série, observa-se uma lacuna quanto à complementação de determinadas disciplinas — como a Filosofia —, o que suscita uma reflexão relevante. Parece que ficou ainda mais escondida, solta, sem lugar, à mercê da visão diretiva da instituição escolar. Nessas complementações, há liberdade para se colocar qualquer coisa que possa complementar, porém não existe uma segurança para a complementação da disciplina de Filosofia. Cada escola tem certa autonomia para sua lotação e escolha dos profissionais da área que “pode complementar conhecimentos da área de Humanas”.

Em uma série mais complexa do Ensino Médio, entende-se que haja conteúdos curriculares que tenham um melhor rendimento em serem trabalhados, inclusive uma preparação mais intensa para o ENEM, experiências filosóficas bem mais diversificadas pelo fato de os alunos já terem percorridos duas séries anteriores e estarem mais familiarizados com textos filosóficos, como também discussões do senso crítico, ético, político e estético.

Uma análise do ensino de Filosofia no contexto do Ensino Médio regular e integral de 9 horas em Alagoas

Analisa-se a diferença e o desempenho do professor de Filosofia numa escola regular com um total de cinco aulas por dia, com várias disciplinas, em comparação com a escola de tempo integral de 9 horas diárias, sendo cinco aulas no período matutino e quatro aulas no período vespertino. A questão é que a escola de tempo integral de 9 horas tem condições de uma matriz curricular com uma carga horária maior, assim contemplando disciplinas que só têm 1 hora/aula ou zero aula. A matriz curricular do Ensino Médio de Alagoas de 2024, por exemplo, traz nos itinerários formativos da 2ª série o tema norteador “meu lugar é aqui” (Ciência Humanas Sociais Aplicadas), que se subdivide

em quatro subtemas: “Alagoas em cores e som”, “meu Nordeste”, “cultura e identidade” e “cálculos e cultura”, com 2 horas/aula cada. Ora, percebe-se que são temas que podem ser trabalhados com total condição em Geografia, Filosofia, Sociologia e História. Por que não trabalhar cada tema dentro do seu aspecto específico, podendo estender interdisciplinarmente? Foi observado o desempenho do professor com aulas de Filosofia em uma escola A (regular) e escola B (em tempo integral de 9 horas). O desgaste físico e mental é bem maior no tempo integral. Também foi percebido o próprio rendimento dos alunos das duas escolas: na escola A (regular) com funcionamento do Ensino Médio em um único turno, os alunos mostraram-se mais dispostos, atentos, enquanto na escola B (de tempo integral de 9 horas) existe um cansaço contínuo, indisposição, principalmente quando a aula de Filosofia acontece no período vespertino – o professor da escola B tem um esforço maior para suprir as expectativas desse modelo de matriz. Muitas vezes, as condições para se trabalhar em tempo integral de 9 horas não condizem com a prática, com as reais necessidades da comunidade escolar, ficando bem distante uma da outra. A pergunta que não cala: por que o interesse em integralizar todo o Ensino Médio no Estado onde o professor não tem também uma dedicação exclusiva com um salário digno da formação desse profissional?

O ensino de Filosofia traz em seu rol a questão do método de ensino que deve ser filosófico. No que se refere ao currículo, é relevante entender a importância de refletir como se dá o contexto do ensino de Filosofia nas escolas.

Já que não se tem um currículo definido para o ensino de Filosofia, seria de se esperar que os conteúdos trabalhados fossem os mais diversos possíveis, porém, nas mais distintas pesquisas, realizadas nos diferentes estados brasileiros, o que vemos é uma curiosa repetição.

Considerações finais

Diante das discussões aqui apresentadas, é possível concluir, ainda que parcialmente, a falta de reconhecimento da profissão docente, a (des)credibilidade em que consiste o espaço do licenciado na educação brasileira, que nunca atendeu às expectativas do capital/liberal e muito menos o status social e cultural. Por meio das referências bibliográficas e documentais, foram discutidos alguns exemplos que explicam os desafios do professor e o lugar em que ele se encontra.

A falta de reconhecimento da profissão docente sempre esteve no cenário brasileiro. No decorrer do tempo, algumas reestruturações na educação sempre foram para atender ao capitalismo desenfreado; algumas políticas públicas foram criadas para reforçar o objetivo dos grandes empresários, manipuladores dos órgãos estatais. Com isso, o professor não se enquadra como máquina de “caça-níqueis”; não é suficiente para gerar riquezas. Assim, o professor de Filosofia não tem serventia; pelo contrário, atrapalha o pensamento crítico dos alunos.

A estimulação do ensino de Filosofia no Ensino Médio não só cria possibilidades relevantes diante das escolhas feitas na realidade, como também transforma esse estudante em uma pessoa de suma importância, beneficiando, assim, toda a humanidade.

A Filosofia, em especial, tem a preocupação de contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, oportunizar e permitir um entendimento de sua própria autoria e autonomia. Ela traz características próprias de compreensão e interpretação de mundo, da realidade a que pertence.

É preciso acreditar no protagonismo do jovem de criar a si mesmo, porque reflete na criação de forma potente e autônoma do mundo; isso é ensinar Filosofia. Sem a mediação do professor, ainda que o estudante consiga “estudar sozinho”, trata-se de reafirmar os laços do conhecimento entre o adulto formado e o ser, em seu auge de desenvolvimento.

Os professores de Filosofia carecem de acatar a importância de suas aulas; elas são espaços de resistência, de luta, de abertura, capazes de promover autonomia, articulação criativa dos conceitos e práticas pedagógicas inovadoras. O docente é aquele que aponta caminhos, que conduz o estudante a um recomeço, cabendo a este, então, traçar o seu próprio caminho, suas próprias escolhas, criando uma visão crítica da realidade, mais contextualizada, na sua aplicação, no controle, na elaboração de compreensões e interpretações sobre as relações entre as pessoas.

É importante olhar o mundo em sua total complexidade para adotar posturas mais conscientes e consistentes. As respostas aos estudantes do Ensino Médio se constroem mediante a capacidade de entender os valores dessa nova e desafiadora geração, bem como proporcionar momentos de escuta antes de qualquer atitude tomada e, assim, facilitar compartilhamentos de suas experiências e medos de arriscar diante do desconhecido.

É necessário que professores de Filosofia estejam abertos aos desafios que a cultura digital impõe. Portanto, deve-se inovar o currículo

tradicional, trazendo para o cenário escolar situações-problema que dizem respeito à realidade dos alunos, numa ação cotidiana que os afete significativamente, provocando posicionamentos críticos e autônomos.

É pertinente compreender o pensamento autônomo desses adolescentes na sociedade atual e repensar as estratégias adotadas ao se trabalhar a Filosofia. Desse modo, a Filosofia enquanto atividade contribui necessariamente para a atuação dos alunos nessa sociedade, com formação cidadã, ética e política, sendo sujeitos protagonistas da própria história.

Diante da atual conjuntura em que se vive, é de total relevância todo o esforço, sobretudo dos professores de Filosofia, de valorizar o ensino de Filosofia, persistindo sempre na eficácia do conhecimento encontrado no fazer filosófico.

Observa-se então que há um longo caminho a ser percorrido pelos docentes de Filosofia, para que apresentem habilidades de apontar aos alunos uma direção que os permita ser capazes de se reconectarem com sua essência crítica, reflexiva e indagar a sociedade sobre preconceito, violência, desumanidade, cidadania, tornando-se seres autônomos de pensamentos.

Deve-se ter consciência mais realista do que de fato se pensa do ensino dessa disciplina e das lutas desses profissionais na trajetória educacional.

Recebido em: 04/04/2025

Revisado em: 06/05/2025

Aprovado em: 25/06/2025

Notas

1 E-mail: adriana.filosofia@hotmail.com.

2 E-mail: waltermatias@gmail.com.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria da Educação Básica. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 nov. 2018b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CEB-CNE-003-2018-11-21.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-MEC-1432-2018-12-28.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CERICATO, Itale Luciane. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Rev. Bras. Estud. Pedagog. (online)**, Brasília, v. 97, n. 246, p. 273-289, maio/ago. 2016.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FREINET, Célestin. **Para uma escola do povo**: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular. Lisboa: Ed. Presença, 1969.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Silvio. **Metodologia do Ensino de Filosofia** - uma didática para o ensino médio. 1. ed. Campinas: Papirus, 2012a.

GALLO, Silvio. As múltiplas dimensões do aprender. *In*: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - COEB: APRENDIZAGEM E CURRÍCULO, 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2012b. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_02_2012_10.54.50.a0ac3b8a140676ef8ae0dbf32e662762.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

LIMA, Walter Matias; MELO, Elizabete Amorim de Almeida; SILVA, Andréa Giordanna Araujo da. Formação e prática docente: considerações sobre o ensino de filosofia em Alagoas. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 7., 2013, São Cristóvão, Sergipe. Eixo 19. **Anais [...]**. São Cristóvão, Sergipe: UFS, 2013. p. 1-11.

MATOS, Junot Cornélio. **A formação pedagógica dos professores de filosofia**: Um debate, muitas vozes. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. A docência em Filosofia no contexto da profissão docente no país: aspectos conjunturais e reflexão filosófica. **Filos. e Educ.**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 310-330, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8651400/18707>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NÓVOA, Antonio. O passado e o presente dos professores. *In*: NÓVOA, Antonio (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1999. v. 3, p. 13-25.

OLIVEIRA, M. G. L. A profissionalização docente. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Educere, 2013.

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da Filosofia**. New York: Oxford University Press, 1997.

SELLA, Claudinei Antônio. **Retratos de um profissional em crise: os docentes em tempos de mudança**. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.